



COPEP

XIV CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, INSERÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

DATA DO EVENTO: DE 13 A 16 DE JUNHO DE 2023



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO SUPERIOR: ATUAÇÃO NO ENSINO JURÍDICO NO NORTE DE MINAS GERAIS.

Edson Cosme Martins Filho
Acadêmico Mestrado em Educação PPGE/Unimontes
edsoncosmemartins@gmail.com

Flaviane Alves dos Santos
Acadêmica Mestrado em Educação PPGE Unimontes
flavialvesss@yahoo.com.br

Zilmar Gonçalves Santos
Professor(a) Unimontes
E-mail: zilmar.santos@unimontes.br

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Ensino Superior. Ensino Jurídico. Norte de Minas. Banco Mundial.

Resumo Simples

Historicamente as Políticas Públicas Educacionais vem assumindo lugar de destaque nos debates no campo da Educação. O presente resumo trata-se de um estudo com o objetivo de promover reflexões críticas sobre as Políticas Públicas no Ensino Superior, especificamente na oferta de formação jurídica no Norte do estado de Minas Gerais. Identificou-se que até o início dos anos 2000, o curso de Direito no norte do estado de Minas Gerais era ofertado apenas pela única universidade pública da região a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Após esse período as instituições privadas também passaram a ofertar o ensino jurídico. Analisando-se as Políticas Públicas para a Educação propostas pelo Banco Mundial no engajamento político, intelectual e financeiro no contexto educacional, estudos apontam que na década de 2000 intensifica-se as determinações do Banco Mundial pela implementação das parcerias público privadas para o ensino superior. Segundo Pronko, 2012, o relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1997, intitulado “O Estado em um mundo em transformação”, constituiu um momento de inflexão na redefinição estratégica da atuação do Banco Mundial nas áreas sociais, entre elas a educação, redimensionando o papel do Estado, ajustando-se as funções do mesmo, afirmando-se que o Estado não precisa ser o único provedor de serviços básicos abrindo as portas para provedores privados competitivos em atividades até agora reservadas ao setor público. Assim, houve a expansão das instituições privadas para a oferta do ensino superior, em especial para o ensino jurídico no norte de Minas. Diante dos reflexos da atuação das políticas

públicas para o ensino superior propostas pelo Banco Mundial na região norte mineira, objetiva-se analisar as vivências e resultados de tais políticas.

Referências

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no Campo Internacional da Educação. *In.*: PEREIRA, J.M.M. A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.